

*O Estado de São Paulo,  
Segunda feira, 23.10.2006*

## Pornográfica mediocridade

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

O Brasil de hoje está fazendo lembrar o que Miguel Torga escreveu sobre Coimbra em 1950. Torga entendia de Coimbra: lá estudou, formou-se, clinicou e morreu. Apesar de crítico dos excessos irônicos de Eça de Queiroz, junta-se incondicionalmente a ele na denúncia do lirismo beócio do Conselheiro Acácio, que via a Universidade de Coimbra como 'odalisca... reclinada molemente na sua verdejante colina', com o Rio Mondego a beijar-lhe os pés e lhe segredando amor. Torga vai além: 'Na índole do que ensina, existe, persistente, a marca das coisas cabeçudas e provincianas. O tratado reduz-se a sebenta, a tradição a praxe, o saber a erudição. Não há um invento, uma ideia, uma teoria que tenha nascido ali.' A Universidade 'se defende com unhas e dentes de toda a originalidade... recusandose... a abrir nos seus muros... um postigo sequer que deixe entrar qualquer luz actual'. E, 'desgraçadamente, a contrafacção continua, e será talvez necessário um terramoto, uma erupção, uma bomba atômica, para fazer o saneamento desta pornografia. E, contudo, Coimbra é uma linda cidade'.

Embora haja espaço para divergências fundamentais quanto às políticas que deveriam ser adotadas pelo presidente que será eleito dia 29, deveria haver razoável consenso quanto aos principais problemas a serem enfrentados nos próximos quatro anos. Mas uma paralisia afeta o País, aparentada ao que Eça e Torga denunciaram como pornográfica mediocridade coimbrã. É como se houvesse um pacto coletivo para que o debate presidencial ignore ou interdite a discussão da quase totalidade dos problemas mais relevantes que o País enfrenta.

O aumento do medíocre ritmo de crescimento da economia e a manutenção da inflação sob controle requerem, dados os limites à expansão da carga tributária, redução dos gastos públicos. Embora a queda da taxa de juros possa cumprir aí algum papel, será inevitável a implementação de cortes que envolvam combinação de redução do tamanho do Estado, nova reforma previdenciária e talvez até mesmo a retomada de privatizações. A tentativa de interdição por parte do PT de qualquer debate substantivo, e não ideológico, sobre a redução do tamanho do Estado é apenas marginalmente mais melancólica do que a pusilânime reação do PSDB ao renegar um pilar de seu programa no governo anterior. Há enorme espaço para reformas microeconômicas, muitas das quais envolveriam radicais mudanças estruturais no setor público, inclusive na repressão a práticas corruptas. O papel das agências reguladoras deve ser avaliado, inclusive sua efetiva independência, reiteradamente desgastada no atual quadriênio.

Embora o governo tenha tido sucesso nas políticas baseadas na redistribuição de renda, qualquer debate sobre política social com conseqüências permanentes teria de levar em conta metas de aumento de escolaridade conjugadas à melhoria de qualidade da educação. Talvez seja em relação à educação a explicitação mais evidente de quão disseminados e entranhados no País são os arranjos do tipo 'me engana que eu gosto'.

Os professores fingem que ensinam, os alunos fingem que aprendem e os alunos brasileiros continuam na rabeira de qualquer avaliação internacional de desempenho escolar. A discussão não-ideológica dos rumos da universidade brasileira não deveria ser ofuscada pelo arremedo de reforma que hoje tramita no Congresso Nacional. Entre os requisitos para o desenvolvimento rápido e sustentado está a capacidade de inovar tecnologicamente e difundir a inovação no sistema produtivo como papel crucial para uma universidade reformada. A atual política universitária brasileira, ao subsidiar os mais ricos, tem efeitos redistributivos deletérios. Tal como na Previdência Social, o discurso de defesa dos interesses dos mais pobres freqüentemente tenta mascarar o encastelamento da posição de privilegiados com nível de renda relativamente elevado. A julgar pelo espaço que ocuparam no debate presidencial, a degradação urbana que assola a maior parte das cidades

brasileiras, a prevalência do crime organizado e a disseminação da favelização são temas de importância menor no Brasil de hoje. Assim como o sistema judiciário moroso, as prisões congestionadas e as ameaças permanentes ao pleno exercício dos direitos de propriedade, frequentemente camufladas pela mobilização de movimentos sociais.

Também faria bem ao País a discussão de sua política externa recente, que, na busca da altivez e no temor de ser rabo de elefante, nem cabeça de formiga consegue ser. Não há teima de doutores, quase-doutores, ou falsos doutores que justifique a negativa em avaliar seriamente as virtudes e os males do alinhamento ao chavismo. Especialmente quando confrontados com objetivos diplomáticos mais tradicionais, tais como o recauchutamento das relações com os sócios originais do Mercosul, a persistência nos objetivos de abertura de mercados na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a análise, sem preconceitos, da retomada de negociações comerciais com os principais parceiros do Brasil.

Para que o País saísse de sua pasmaceira medíocre seria necessário um governo disposto a implementar um programa radical de reformas que removessem os pontos de estrangulamento identificados por qualquer razoável diagnóstico suprapartidário. Urgiria que se saneassem muitas idéias pornográficas que estão entupindo a agenda de mudança. Mas o que se vê é o retrocesso de meio século nas idéias explicitadas com candura pelo candidato governista sobre papel do Estado, estabilização econômico-financeira e política externa, sem despertar crítica eficaz por parte da oposição. O País prepara-se para remergulhar, como 'odalisca', na confortável modorra da mediocridade. E, contudo, o Brasil é um lindo país.?

\*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio